

Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Portaria n.º 64/2024 de 1 de agosto de 2024

Considerando que pela Resolução do Conselho do Governo n.º 88/2024, de 22 de julho, foi prorrogado, para o ano de 2024, o programa “Nascer Mais”, criado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 172/2022, de 18 de outubro, publicada no *Jornal Oficial*, I Série n.º 136, de 18 de outubro, que visa a atribuição de um apoio financeiro, não reembolsável, destinado às crianças nos seus primeiros tempos de vida, por forma a promover o bem-estar e a saúde infantil, combatendo, assim, as baixas taxas de natalidade e de acentuado envelhecimento, alargando-os a todos os concelhos da Região Autónoma dos Açores;

Considerando que foram delegados no membro do Governo Regional competente em matéria de solidariedade social, igualdade e inclusão social, com faculdade de subdelegação, os poderes para, em nome e em representação da Região Autónoma dos Açores, definir, aprovar e outorgar os instrumentos necessários à concessão dos apoios financeiros no âmbito do Programa, bem como para a prática dos demais atos necessários para a sua implementação, operacionalização e bom funcionamento;

Considerando que o membro do Governo Regional competente em matéria de solidariedade social, igualdade e inclusão social foi incumbido de definir, por portaria, os beneficiários, o tipo e valor do apoio, os direitos e as obrigações das partes, as medidas de controlo e acompanhamento, bem como o regime sancionatório, em caso de incumprimento;

Considerando o esforço do Governo Regional na eficiência, desmaterialização e digitalização de processos, bem como na qualidade dos serviços prestados pela administração pública regional, a atribuição do apoio “Nascer Mais” é automática, permitindo eliminar barreiras e garantir a inclusão de todas as crianças abrangidas, facilitando e reduzindo interações, disponibilizando e reutilizando dados, e promovendo a eficiência, sustentabilidade e simplificação dos processos de funcionamento da administração pública;

Manda o Governo da Região Autónoma dos Açores, pela Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, nos termos da Resolução do Conselho do Governo n.º 88/2024, de 22 de julho, conjugada com os n.ºs 1, 8, 9, 10 e 11 do artigo 47.º Decreto Legislativo Regional n.º 2/2024/A, de 24 de junho, o seguinte:

1. Aprovar, em anexo, o regulamento para a definição, implementação e execução do programa “Nascer Mais”, criado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 172/2022, de 18 de outubro, prorrogado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 88/2024, de 22 de julho.

2. A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a 1 de janeiro de 2024.

A Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social.

Assinada em 31 de julho de 2024.

A Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, *Mónica Reis Simões Seidi*.

ANEXO

(Regulamento do programa “Nascer Mais”)

CAPÍTULO I

Disposições iniciais

Artigo 1.º

(Objeto)

1. O presente regulamento determina os termos em que decorre o programa «Nascer Mais», aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 172/2022, de 18 de outubro, prorrogado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 88/2024, de 22 de julho, adiante designado de Programa.
2. Integram o Programa, no ano de 2024, todos os concelhos da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 2.º

(Âmbito)

1. O Programa visa a atribuição de um apoio financeiro, não reembolsável, para a aquisição de bens considerados indispensáveis à saúde e bem-estar, segurança e desenvolvimento das crianças açorianas.
2. O apoio financeiro não reembolsável, traduz-se na disponibilização do montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), a utilizar em qualquer farmácia da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 3.º

(Beneficiários)

1. Considera-se beneficiária a criança, nascida no ano de 2024, com nacionalidade portuguesa e registo de naturalidade e residência na Região Autónoma dos Açores.
2. Considera-se ainda beneficiária a criança adotada no ano de 2024, com registo de adoção e residência na Região Autónoma dos Açores.
3. Sem prejuízo do previsto no número 1, excecionalmente, podem ser consideradas as situações de naturalidade fora dos Açores que, por motivos atendíveis, tenham obrigado ao registo da criança fora da Região, nomeadamente, por razões de saúde.

Capítulo II

Atribuição

Artigo 4.º

(Requisitos de atribuição)

São requisitos para a atribuição do apoio financeiro que a criança, cumulativamente:

- a) Tenha nascido ou sido adotada entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024;
- b) Tenha nacionalidade portuguesa;
- c) Tenha registo de naturalidade ou de adoção nos Açores, ou se encontre na situação prevista no n.º 3 do artigo 3.º;
- d) Tenha residência na Região Autónoma dos Açores;
- e) Concorde com as condições do Programa.

Artigo 5.º

(Procedimento)

1. O apoio financeiro é atribuído pela segurança social, de forma oficiosa, às crianças que reúnam os requisitos previstos no artigo 4.º do presente Regulamento, e comunicado por via postal.
2. Quando as crianças reúnam os requisitos previstos no artigo 4.º do presente Regulamento, e não tenham sido abrangidas pela atribuição oficiosa prevista no número anterior, pode ser apresentado, junto da segurança social, no prazo de seis meses a contar da data de nascimento da criança, ou da sua adoção, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º, requerimento de atribuição do apoio financeiro através de um dos seguintes meios:
 - a) Plataforma da Segurança Social, através do portal acessível em <https://app.seg-social.pt/issa/plataforma/>;
 - b) Requerimento presencial apresentado nos serviços de atendimento da Segurança Social.
3. Na situação prevista no número anterior, podem requerer, a atribuição do apoio financeiro:

- a) Um dos progenitores, ou adotantes, caso sejam casados ou vivam em união de facto nos termos da lei, sem prejuízo da verificação de situação excecional devidamente justificada;
- b) O progenitor, adotante ou pessoa coletiva que, comprovadamente, tiver a guarda da criança;
- c) Pessoa singular ou coletiva a quem tenha sido entregue a confiança da criança, por decisão judicial ou administrativa;
- d) Pessoa a quem tenham sido atribuídas as responsabilidades parentais; e
- e) O representante legal, nas situações em que a criança se encontre inserida no seu agregado familiar.

4. O requerimento referido nos números 2 e 3 é realizado através do formulário tipo, cujo modelo é aprovado em anexo, sendo parte integrante do presente Regulamento, acompanhado de:

- a) Fotocópia do cartão de cidadão ou documento equivalente do requerente, devidamente consentida pelo respetivo titular ou, em alternativa, exibição do mesmo ao trabalhador do Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA que receba o requerimento, para confirmação da identidade do requerente e respetivos dados de identificação;
- b) Cópia da certidão de nascimento da criança ou documento comprovativo do registo, ano e local de nascimento;
- c) Documentos comprovativos de tutela, confiança judicial, guarda, adoção, aplicação de medida de promoção e proteção ou de definição das responsabilidades parentais, ou, estando pendente decisão judicial ou administrativa, documento que comprove o início do respetivo processo, ficando a sua validade condicionada à fase de apreciação do processo;
- d) Documento comprovativo da residência da criança e do requerente.

5. Relativamente aos beneficiários, cujo nascimento ou adoção tenha ocorrido antes da entrada em vigor da presente portaria, o prazo de seis meses, a que se refere o número 2, conta-se a partir da referida entrada em vigor.

6. Podem ser entregues ou solicitados, oficiosamente, outros documentos ou elementos necessários à instrução do pedido.

7. As falsas declarações prestadas constituem fundamento de indeferimento do pedido.

Artigo 6.º

(Atribuição)

1. A atribuição do apoio financeiro compete ao membro do Governo Regional com competência em matéria de solidariedade social, igualdade e inclusão social.
2. O requerente é notificado da decisão, havendo lugar à realização da audiência de interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
3. A decisão de atribuição do apoio financeiro não reembolsável é publicada em Jornal Oficial.

Capítulo III

Utilização e fiscalização

Artigo 7.º

(Condições de utilização)

1. O apoio financeiro é utilizável em qualquer farmácia da Região.
2. O apoio é utilizado no prazo de um ano a contar da data da notificação da sua atribuição.
3. Os termos da operacionalização da utilização do apoio financeiro são definidos em protocolo de cooperação celebrado entre a entidade executante e a entidade gestora.

Artigo 8.º

(Fiscalização e acompanhamento)

1. Sem prejuízo do processo de fiscalização e acompanhamento definido no protocolo identificado no número 3 do artigo anterior, é remetido pela entidade gestora, trimestralmente, ao membro do Governo Regional competente em matéria de solidariedade social, igualdade e inclusão social relatório detalhado quanto aos apoios atribuídos.
2. Podem ser realizadas, a qualquer altura, pelos serviços dependentes do membro do Governo Regional competente em matéria de solidariedade social e igualdade e inclusão social, as diligências que se mostrarem necessárias ao acompanhamento da execução do apoio.

CAPÍTULO IV

Disposição complementar

Artigo 9.º

(Incumprimento)

1. Sem prejuízo da demais legislação em vigor, o incumprimento do previsto no Programa, leva à:
 - a) Imediata suspensão do restante apoio;
 - b) Reposição do apoio concedido;
 - c) Impossibilidade de voltar a beneficiar de qualquer apoio, no âmbito do Programa.
2. O disposto no número anterior não isenta as partes intervenientes de qualquer outra responsabilidade, civil ou criminal, pelos danos causados.
3. Não se verificando a reposição voluntária, independentemente da responsabilidade civil e criminal que possa existir, a Região Autónoma dos Açores promove a cobrança por execução fiscal.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 10.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente Regulamento são resolvidas por despacho do membro do Governo Regional competente em matéria de solidariedade social, igualdade e inclusão social.

Artigo 11.º

(Proteção de Dados)

1. Na execução do presente Programa, o Governo Regional dos Açores obriga-se a atuar em conformidade com todas as normas vigentes no ordenamento jurídico nacional em matéria de proteção

de dados pessoais e de segurança da informação, bem como a relativa a códigos de conduta, ou mecanismo de certificação vigente e aplicáveis nestas áreas.

2. É necessário que, aquando do requerimento de atribuição do apoio ao abrigo do presente Programa, o candidato autorize o tratamento dos dados fornecidos, para os efeitos necessários ao seu respetivo cumprimento, e à sua divulgação, quando aplicável.

3. Os dados pessoais, facultados no âmbito do Programa, são objeto de tratamento por parte dos serviços que executam, gerem e atribuem o apoio, até doze meses após a conclusão do processo associado ao mesmo, sem prejuízo da sua conservação para além desse período, para cumprimento de obrigações legais.

ANEXO

(a que se refere o n.º 4 do artigo 5.º)

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA

“Nascer Mais”

Eu, _____, titular do cartão de cidadão/documento de identificação número _____, válido até ___/___/___ (identificação do requerente), na qualidade de _____ (legitimidade com que fazem o pedido) do(a) beneficiário(a) _____ (nome da criança), natural dos Açores, nascido/adotado a _____ (data de nascimento/adoção), residente em _____, no concelho de _____ solicito a atribuição do apoio financeiro, não reembolsável, no âmbito do Programa “Nascer Mais”, aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 172/2022, de 18 de outubro, prorrogado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 88/2024, de 22 de julho.

Para o efeito junto:

- Fotocópia do cartão de cidadão ou documento equivalente do requerente, devidamente consentida pelo respetivo titular, salvo exibição do mesmo ao trabalhador do Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA, que receba o requerimento;
- Cópia da certidão de nascimento da criança, ou documento comprovativo do registo, ano e local de nascimento, ou documento comprovativo de situação excecional;
- Documento comprovativo da residência da criança e do requerente;
- Documentos comprovativos da guarda, tutela, confiança, adoção, aplicação de medida de promoção e proteção ou de quem detenha responsabilidades parentais;
- Na falta de decisão judicial ou administrativa indicada no ponto anterior, documento idóneo que comprove o início do respetivo processo;
- Outro _____.

Ainda,

- Declaro que concordo com as condições do Programa “Nascer Mais”, aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 172/2022, de 18 de outubro, prorrogado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 88/2024, de 22 de julho.
- Autorizo o tratamento dos meus dados pessoais e estou ciente e plenamente informado(a) de que o tratamento dos meus dados pessoais inclui todas as operações efetuadas sobre os dados transmitidos, por meios automatizados ou não, a serem utilizados no âmbito do Programa “Nascer Mais”, aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 172/2022, de 18 de outubro, prorrogado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 88/2024, de 22 de julho.
- Autorizo a utilização de fotocópia do meu cartão de cidadão/ documento de identificação no âmbito do Programa “Nascer Mais”.
- Indico, como meio preferencial para a realização de comunicações e notificações, o email _____.

_____ (local), _____ (data)

Assinatura do requerente

_____ (assinatura)

_____ (qualidade em que assina)

Dados Adicionais

Confirmação da identidade do requerente e respetivos dados de identificação (sempre que não seja consentida fotocópia do cartão de cidadão ou documento equivalente do requerente e o requerimento seja entregue presencialmente).